

# UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

## Pós-Graduação em História da Bahia: aspectos da sua riqueza cultural, social e cidadania

### FREGUESIA DE SÃO BARTOLOMEU DE PIRAJÁ, SÉCULO XIX: aspectos socioeconômicos<sup>1</sup>

Felix Souza Santos<sup>2</sup>

Artigo apresentado como pré-requisito para obtenção do certificado de conclusão do curso *latu sensu* Pós-Graduação em História da Bahia: aspectos da sua riqueza cultural, social e cidadania. Universidade Católica do Salvador. Orientadora: Professora Alessandra Carvalho da Cruz.

Salvador, 2025

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como requisito à conclusão do curso e obtenção do certificado de especialista em História Pública da Bahia: aspectos da sua riqueza cultural, social e cidadania, UCSAL, 2024/2025.

<sup>2</sup> Doutor e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL), 2018; 2013. Bacharel e Licenciado em História (UFBA (1997/1998)). Nasceu, vive e trabalha em São Felipe. Dedicou-se aos estudos sobre a formação histórica e o desenvolvimento socioeconômico do município de São Felipe, no Recôncavo Baiano. É autor dos livros: Município de São Felipe, Recôncavo baiano: formação histórica e desenvolvimento socioeconômico 1678-1950. Salvador: Memória e Arte, 2021. 520p. E, Município de São Felipe, Recôncavo da Bahia: história, contradições políticas e permanências socioeconômicas 1950-2000. Salvador: Memória e Arte, 2024. 420p. O escravismo na freguesia de São Felipe das Roças de Maragogipe, século XIX. (no prelo) Outras especializações/pós-graduação *Latu Sensu*: História Pública da Bahia: aspectos da sua riqueza cultural, social e cidadania, UCSAL, 2025. Faculdade São Bento da Bahia, 2009; Faculdade Cairu, 2007; e UNEB, 2002. Professor de História vinculado à Secretaria de Estado da Educação do Governo do Estado da Bahia (SEC-BA) e Secretaria Municipal de Educação de São Felipe. Mora e trabalha em São Felipe, Recôncavo Baiano. Integra o grupo de pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza (DSN) coordenado pela professora Cristina Maria Macêdo de Alencar (UCSAL); e, grupo de pesquisa Salvador: transformações e permanências, coordenado pelo professor Pedro de Almeida Vasconcelos (UFBA-UCSAL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6008777499674763>. Email: <[felixsantoss@gmail.com](mailto:felixsantoss@gmail.com)>.

## Resumo

É um estudo de História Social elaborado a partir da análise e síntese críticas das fontes coligidas. Prioriza as relações dialéticas do trabalho com o capital e o Estado. O objeto de análise é a formação histórica e o desenvolvimento socioeconômico da freguesia de São Bartolomeu de Pirajá com sua ênfase no século XIX. Registra os marcos históricos da sua formação social e os fundamentos da sua estrutura fundiária e socioeconômica. Acompanha o surgimento e a permanência das lavouras e/ou roças de mandioca, o cultivo e o processamento da cana-de-açúcar e os seus engenhos de açúcar. Averigua os eventos políticos relacionados ao 2 de julho de 1823 e as transformações socioeconômicas ocorridas nesta freguesia no final do século XIX. Registra a presença do capital financeiro e a sua participação na instalação de fábricas têxteis, seguida da decadência da estrutura açucareira. Contribui na compreensão crítica da formação histórica e do desenvolvimento socioeconômico da região de São Bartolomeu de Pirajá, componente do subúrbio ferroviário da cidade do Salvador.

**Palavras-chave:** Pirajá. História socioeconômica. Século XIX.

## Introdução

Este artigo analisa a estrutura socioeconômica da freguesia de São Bartolomeu de Pirajá no século XIX<sup>3</sup>. Nos seus aspectos teóricos e metodológicos privilegia a análise das contradições dialéticas da associação de interesses políticos e econômicos realizados entre o trabalho, o capital e o Estado no período da conquista militar e colonização socioeconômica da região conhecida como São Bartolomeu de Pirajá, componente da área suburbana da cidade do Salvador, Bahia. As categorias de análise se concentram nas relações dialéticas entre trabalho, capital e Estado. As fontes de pesquisa são constituídas de duas bases: documental/primária e bibliográfica/secundária. A base documental compõe-se de textos manuscritos e impressos disponíveis através de meios físicos e/ou digitais, destacando-se os documentos acessíveis através da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, com sua sede no Rio de Janeiro; complementa-se com a bibliografia composta de livros, teses e artigos acadêmicos devidamente citados nas referências deste artigo. Consistindo nas metodologias de abordagem e procedimentos de pesquisa na análise e síntese das fontes coligidas. Portanto, os resultados das interpretações das fontes são apresentados através de análises e sínteses críticas materializadas na forma de narrativa historiográfica.

A matriz teórico-metodológica que ampara os resultados da pesquisa é proveniente da História Social. Consistindo em um estudo disciplinar inserido no âmbito da História Social,

---

<sup>3</sup> O toponímico Pirajá tem a sua origem nos falares tupinambá, deriva de pirajaguar, por abreviatura se diz Pirajá, significando chuva tempestuosa, tromba d'água e/ou tufões que atingiam as águas da baía de Todos os Santos e os mares próximos. O Monitor (23 de fev. de 1878, p. 1).

agrega contribuições da história econômica, história política e da geografia histórica. Dentre as referências teóricas destaca-se a questão da extração da renda da terra, como analisada por Marx no livro III de O Capital (1986). Assim como, as relações: trabalho, capital e Estado, analisadas por Mészáros (2011). A síntese teórica considera que a produção socialmente realizada, o transporte/distribuição, a troca/comercialização e o consumo social compõem as bases da existência material dessa sociedade historicamente constituída.

A freguesia de São Bartolomeu de Pirajá teve e tem a sua localização no Recôncavo da Baía de Todos os Santos e subúrbios da cidade do Salvador. Essa freguesia foi constituída a partir da fundação dessa cidade de São Salvador da Baía de Todos os Santos ocorrida em 29 de março de 1549. No século XVI essas terras eram ocupadas pelo povo originário (povo indígena) Tupinambá. Após a conquista militar do território e a cooptação política e socioeconômica dos indígenas, seguida da submissão, escravização, expulsão e/ou extermínio do povo Tupinambá dessas terras de Pirajá, foi iniciada a ocupação política desse Recôncavo e praticadas as atividades socioeconômicas direcionadas a produção de víveres para o consumo alimentar cotidiano e a produção de mercadorias exportáveis. No atendimento à demanda alimentar dos conquistadores ficou destacado o cultivo da mandioca e a manufatura da farinha de mandioca, produto que há cerca de quatro mil anos era a base alimentar dos povos indígenas do Brasil, sendo o consumo alimentar da farinha e outros alimentos derivados da mandioca, também adotado pelos conquistadores. O cultivo e a manufatura dos derivados da mandioca, juntamente com a criação de bovinos que, após abatidos, atendiam ao consumo alimentar de carne e produção de couros, tornaram-se as duas atividades socioeconômicas fundamentais para o mercado interno. Ficando a lavoura da cana, a produção do açúcar e o cultivo de fumo/tabaco como os dois produtos centrais destinados ao mercado externo. A força de trabalho social foi extraída dos povos indígenas e/ou africanos submetidos à escravização.

Desde o passado colonial da cidade do Salvador e do Recôncavo baiano, até o presente, estamos todos, historicamente, concernidos a uma herança escravista, seja como pessoas que tiveram a sua força de trabalho explorada na condição social e política de trabalhadores escravizados, seja como pessoas exploradoras dessa força de trabalho. O período da colonização mercantil desse território atina-se ao contexto histórico da acumulação primitiva do capital, tendo como bases a propriedade privada dos meios de produção, o escravismo mercantil e a extração social de renda da terra. Nesse sentido, a formação socioeconômica da freguesia de São Bartolomeu de Pirajá está imbricada nos pressupostos da apropriação privada dos meios de produção, distribuição, troca e consumo do capital socialmente produzido.

Após 1549, com o estabelecimento dos primeiros moradores nesta cidade, foi adotada a designação de freguesia como critério político de repartição e identificação socioespacial do território. O conjunto do território da Capitania da Bahia, com a sua sede na cidade do Salvador, era politicamente localizado como: urbano, suburbano, Recôncavo e Sertão. O território da cidade do Salvador era composto pelas suas freguesias urbanas e suburbanas. Nessa identificação a localidade de Pirajá constou nos séculos XVI e XVII como freguesia do Recôncavo, enquanto nos séculos XVIII e XIX era identificada como freguesia suburbana. A primeira referência à ocupação social feita pelo conquistador e/ou colonizador em Pirajá referiu-se a concessão dessas terras como sesmaria subordinada à Capitania da Bahia à época do seu capitão donatário Francisco Pereira Coutinho, que concedeu em 1545 as terras em Pirajá ao sesmeiro João de Velosa, obrigando-o a plantar canas e fazer açúcar, porém, teve as suas roças e engenhoca destruídas pelos indígenas (OTT, 1996, p. 5). Após a compra desta capitania por parte da Coroa portuguesa para servir à fundação da cidade do Salvador e sede do governo geral do Brasil, foram feitas novas concessões de sesmarias, constando em 1560 a existência do engenho de açúcar identificado como Engenho Real de Pirajá e/ou Engenho D'El-Rei de Pirajá, indicando a presença de moradores, trabalhadores e atividades socioeconômicas nessa localidade.

Cabia ao Estado, representado pela Coroa e/ou monarquia portuguesa, a prerrogativa política do domínio e regulação socioeconômica do território conquistado. Essa regulação atendia aos interesses políticos e mercantis do Estado, em associação com os interesses políticos da igreja católica e do estamento formado pelos mercadores de grosso trato. Nesse sentido, a conquista política e a ocupação socioeconômica desse território atenderam aos interesses de três estamentos associados: a Coroa/nobreza, a igreja/clero e a proto-burguesia mercantil portuguesa. Essa associação de interesses corporativos e privados resultaram na conquista territorial, extermínio e/ou subordinação dos povos originários e escravização de povos africanos. Formando-se a tríade histórica para a compreensão crítica da formação política e socioeconômicas desse território.

### **Antecedentes históricos na formação social de São Bartolomeu de Pirajá**

A formação social de S. Bartolomeu de Pirajá está relacionada à povoação de Nossa Senhora do Ó de Paripe, sendo essas duas povoações os marcos iniciais da ocupação social desse território que ficou conhecido como subúrbio ferroviário de Salvador, por isso, faz-se um preambulo da formação sócio-histórica desse subúrbio, em seguida, concentram-se as análises

especificamente na freguesia de São Bartolomeu de Pirajá<sup>4</sup>. Ott (1996) indicou que as terras situadas entre Paripe e Pirajá estiveram ocupadas pelo povo indígena Tupinambá muito antes da chegada dos portugueses à Bahia em 1500. Após essa data, ocorreu a visita de Américo Vespúcio que em 1º de janeiro de 1501 identificou essa baía como o seu topônimo de Baía de Todos os Santos. Era costume os portugueses identificar e/ou renomear os lugares avistados com nomes de santos cultuados na sua crença cristã católica. No aspecto socioeconômico da conquista, cediam as terras à proprietários privados através do sistema de capitâneas hereditárias, cabendo aos capitães donatários a prerrogativa de partilhar as terras da sua capitania através da concessão de sesmarias. Assim, ao tomar posse da sua Capitania da Bahia de Todos os Santos em 1534 o seu donatário Francisco Pereira Coutinho, utilizando-se de forais e cartas de doação conformados pela Coroa, concedeu sesmarias de terras nas localidades identificadas com os nomes de Paripe e Pirajá, ficando o sesmeiro na obrigação de pagar o dízimo a Ordem de Cavalaria do Nosso Senhor Jesus Cristo, conforme estabelecia o padroado, que dava a Coroa o direito de recolher os dízimos pagos a deus através dessa ordem de cavalaria. Ficando o sesmeiro com o direito de explorar as riquezas das suas terras, incluindo-se o corte das madeiras, colheita dos frutos, resultados das suas lavouras, fazendas, criações, fábricas, gamboas de pescas e pescarias.

Conforme Ott (1996, p. 5) a ocupação e povoação de Paripe antecedeu em três anos a povoação de São Bartolomeu de Pirajá. As terras componentes da sesmaria de Paripe foram doadas em 1542 a Afonso de Torres, nessa data instalou o seu engenho denominado Santa Cruz e Torres<sup>5</sup>. Porém, na luta política pela defesa das suas terras os indígenas queimaram esse engenho em 1545, obrigando o sesmeiro a abrigar-se na povoação erguida por Pereira Coutinho, depois, identificada como Vila Velha do Pereira, localizada nas imediações da Ladeira do Porto da Barra. Depois da chegada de Tomé de Souza à sede da Capitania da Bahia em 1549 seguiu-se um breve período de pacificação das relações políticas dos conquistadores portugueses com o povo Tupinambá que habitava o entorno da Baía de Todos os Santos, a trégua durou poucos meses, conforme determinava o Regimento de Tomé de Souza de 1548 esse governador iniciou as guerras de conquistas das terras que circundavam essa Baía. Essas guerras foram continuadas pelos governadores que lhe sucedeu, resultando no genocídio dos povos indígenas que

---

<sup>4</sup> Para evitar as frequentes repetições, em muitos momentos do texto será usada a denominação Freguesia de Pirajá como referência a Freguesia de São Bartolomeu de Pirajá.

<sup>5</sup> Conforme Ott (1996, p. 9) constou que desde os anos de 1520 esse sesmeiro Afonso de Torres dedicava-se ao comércio de pessoas compradas na Costa da Guiné e comercializadas em Portugal e Cabo Verde ou direcionando essas pessoas aos portos do Mediterrâneo europeu. Os portugueses participavam desse comércio desde meados do século XV, após sua conquista de Ceuta em 1415.

povoavam o Recôncavo. Tavares (1987, p. 88) registrou: “Depois que os dois primeiros governadores-gerais dizimaram os tupinambás aldeados nos arredores da cidade do Salvador (existiam 47 aldeias), a expansão dos colonos continuou em direção ao Iguape”. Durante o Governo de Tomé de Souza (1549-1553) o sesmeiro Afonso de Torres recuperou o domínio das terras de Paripe, refez o seu engenho e mandou erguer uma capela dedicada à adoração da Santa Cruz. As terras dessa sesmaria e engenho da Santa Cruz e Torres ficaram conhecidas como Fazenda Jacurutu abrangendo de Paripe à Aratu. Afonso de Torres faleceu na cidade de Salvador em 1560. Por ter sido, antes, um comerciante de pessoas escravizadas, é possível que tenha exercido essa atividade, pessoalmente ou através de prepostos, durante o período que viveu nessa cidade.

A povoação da sesmaria de Afonso de Torres foi favorecida pela sua elevação política à condição de Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe, criada em 1556. Sendo essa a segunda freguesia componente da jurisdição eclesiástica da cidade do Salvador. Ficando a freguesia da Graça, estabelecida nas terras doadas a Catarina Paraguaçu, como a primeira das freguesias criadas na Bahia. O reconhecimento da freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe favoreceu na ocupação social das terras situadas entre Paripe e Pirajá, sendo instalados engenhos de açúcar, olarias, engenhos de moer cascas de ostras para obtenção da cal de ostras, empregada na argamassa utilizada nas edificações, também atraiu trabalhadores roceiros e pescadores. Seguiram-se a construção de outros engenhos de açúcar. Tavares (1987, p. 89) e Ott (1996) registraram engenhos instalados nos arredores dessa cidade no século XVII, existindo em Paripe o engenho pertencente a Vasco Rodrigues Lobato e outro engenho que ficava no alto de São Tomé de Paripe. Assim como, engenhos instalados nas localidades de Tubarão, Coutos e Periperi, também, Rio Vermelho, Federação e Água de Meninos. Segundo Ott (1996) os dois engenhos de Paripe estiveram ativos até os anos de 1850. Entre Paripe e São Bartolomeu existiram outros engenhos, como o Santo Antônio da Olaria de Coutos que pertenceu a Vitorino de Argolo Menezes. Esse engenho se tornou a vapor em 1834 e utilizava à queima do bagaço da cana como combustível para as suas fornalhas, porque isso reduzia o consumo de lenhas. Essa prática de queimar o bagaço da cana em complemento a queima de lenha foi uma das alternativas usadas para compensar os custos na aquisição da lenha que, em muitos casos, encontrava-se distante dos engenhos. Esse engenho de Coutos também ficou ativo até os anos de 1850, dispunha de um viveiro e Gambôa de criar peixes<sup>6</sup>. Conforme Ott (1996, p. 5-6) os vestígios desse viveiro de peixes ainda existiam nos anos de 1950. Também, dispôs

---

<sup>6</sup> Gamboa é uma saliência natural ou artificial existente ou feita nos rios e áreas marinhas para facilitar a pesca de peixes que buscam abrigo nesses lugares.

de sobrado de pedra e cal como moradia do seu senhor, tinha as suas senzalas construídas de taipa e palha. No ano de 1850 esse engenho dispunha de 40 trabalhadores escravizados, 32 bois de engenho, roças de cana-de-açúcar e matas para extração de madeiras e lenhas. Em 1858 esse engenho de Coutos possuía 988 tarefas de terras próprias, equivalendo a cerca de 400 hectares, tinha os seus limites com as terras do engenho Santa Cruz de Torres e com a Fazenda Pituba. Muitos dos engenhos situados nessa faixa litorânea entre Paripe e Pirajá tinham seu porto no mar da Baía de Todos os Santos. Entraram em decadência na segunda metade do século XIX quando foi restringido o comércio de trabalhadores africanos escravizados<sup>7</sup>. Isso impôs à economia açucareira a adoção de inovações técnicas e tecnológicas, muitos engenhos converteram-se em engenhos centrais e/ou usinas de açúcar. Os demais que não suportaram o fim do trabalho escravizado entraram em declínio econômico, poucos chegaram ativos nos anos 1900. Ficando o aproveitamento das suas terras para pequenas roças de mandioca, pastagens e cultivo de gêneros de consumo cotidiano.

A povoação de Escada foi destacada na historiografia baiana por se encontrar nessa localidade uma capela construída pelos padres jesuítas como atrativo para cristianizar e/ou escravizar os indígenas. Constando que em 1576 já se encontrava erguida essa igreja/capela dedicada à Nossa Senhora de Escada. Após eliminada a resistência política dos indígenas dessa localidade, essa capela passou a servir de lugar de repouso aos padres jesuítas. Após o Marquês de Pombal ter decretado a expulsão dos jesuítas em 1759. Essa capela passou a abrigar outra instituição religiosa identificada como Irmandade de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Escada, subordinada à Freguesia de S. Bartolomeu de Pirajá. Essa povoação de Escada ficou localizada entre as povoações de Praia Grande e São Braz, mais tarde, nas terras contíguas a São Braz foi formada a povoação de São João da Plataforma, como a sua expansão, formou-se a povoação de São João do Cabrito. Após a presença dos holandeses nesta cidade do Salvador em 1624, 1627 e 1638 houve necessidade política da construção de fortalezas militares para guarnecer a cidade, sendo construída as baterias de tiro de São João da Plataforma, também mencionada como Plataforma de São Braz. Essa plataforma de tiro de artilharia confrontava com a plataforma de tiro de Itapagipe, também identificada como Fortim de Itapagipe, que ficava na Ribeira de Itapagipe, pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Penha. A essas duas plataformas militares foi acrescentado o fortim de São Bartolomeu de Pirajá e/ou Forte de São

---

<sup>7</sup> Lei nº 581, de 4 de setembro, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, lei que pôs fim ao tráfico negreiro no Brasil. Essa lei pode ser vista como uma das etapas do processo que culminou na Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, seguida da Lei 3.270 de 28 de setembro de 1885, também conhecida como lei Saraiva-Cotegipe e a Lei 3.353 de 13 de maio de 1888. Vistas conjuntamente, essas leis compuseram o processo político-jurídico que pôs fim à prática do escravismo no Brasil em 1888.

Bartolomeu da Passagem, tinham a serventia de fazer fogo cruzado e impedir a entrada de embarcações hostis que se utilizassem dessa Enseada de Itapagipe para chegar a Pirajá. Caldas (2015, p. 251) registrou que esse forte tinha a sua construção em formato de estrela e estava situado na margem da marinha da mesma enseada e no lugar onde o rio Pirajá deságua no mar. Essas plataformas não chegaram a ser testadas em combate. E a existência deste forte foi confirmada por Vilhena (1969, p. 223) “Dentro do rio Pirajá, e próximo à povoação de Itapagipe de Cima, pelo Leste, fica o Forte de S. Bartolomeu da Passagem, por passar ali uma das estradas, que de todos os sertões vêm entrar na Bahia, sempre por terra”. Segundo Oliveira (2004, p. 235) o Forte de São Bartolomeu de Pirajá já existia em 1660, sendo possível que antes dessa data, existisse no mesmo lugar uma plataforma de tiro, porque na época da invasão dessa cidade por Nassau (1638), se teve notícias de combates ocorridos nessa enseada. Oliveira enfatizou que a sua construção de pedra e cal foi feita em terreno alagadiço, isso exigia-lhe constantes reparos e reformas. Ficava posicionado de forma isolada das demais fortalezas que guarneciam a Cidade Baixa, isso tornava a sua posição estratégica vulnerável. O Forte foi ocupado por Madeira de Melo nos embates políticos e militares de 1822/1823. Também foi ocupado pelos revoltosos da Sabinada em 1837. Foi reconstruído no final do século XVIII devido aos receios de uma invasão napoleônica à Baía de Todos os Santos<sup>8</sup>. Não tendo serventia militar no final do século XIX, foi autorizada a sua demolição em 1903.

Seguindo-se com as povoações estabelecidas nas terras que ficavam no sentido de Paripe a São Bartolomeu, tem-se a povoação de Periperi, Praia Grande, Itacaranha e Escada, destacadas pela existência dos engenhos de cal de ostra, olarias, lavouras de subsistência, engenhocas e engenhos de açúcar. Em 1836 existiu na Fazenda Praia Grande a engenhoca pertencente a Luiz Antônio Pereira da Cunha. Nessa mesma década existiu em Itacaranha o engenho pertencente a Manoel de Brito Vasconcelos. Do mesmo modo, Periperi também teve o seu engenho que em 1859 pertenceu ao Barão de Pirajá. Como se encontra nos relatórios do governo da província da Bahia, referentes ao ano de 1875, esse barão foi o proprietário do palacete no qual ficou instalado o Liceu de Artes e Ofícios, na Rua do Saldanha. A aquisição deste palácio foi feita pelo Governo da Bahia no ano de 1875 pelo valor de 26:168\$906 (vinte e seis contos, cento e sessenta e oito mil, novecentos e seis reis). Neste ano esse engenho dispunha de 64 escravizados e 42 bois, suas terras perfaziam em 1912 tarefas, nas quais também se encontrava a Fazenda Ilha Amarela. Em 1959 foi feita a desapropriação de uma parcela dessas terras para no seu lugar ser construída a estação ferroviária de Periperi. No ano de 1829

---

<sup>8</sup> Essas plataformas não foram testadas em combates, sendo desativadas nos anos 1920.

o jornal *Suplemento ao Bahiano* publicou um aviso sobre a fuga de um dos trabalhadores escravizados pertencentes ao Visconde de Pirajá, proprietário do Engenho Periperi. O anúncio descrevia o escravizado como sendo “um moleque, de nome Rodrigo, nação nagô, idade de 16 anos, cor bem preta, lanhos na face e fala inquieta”. Recompensava em 20\$000rs a quem o devolvesse ao seu dono. *Suplemento ao Bahiano* (21 de maio de 1828, p. 4). As fugas continuaram, meio século depois o jornal *O Guarany* publicou que no dia 19 de março de 1885 ‘ocorrera a fuga de nove ou dez escravos pertencentes ao mesmo engenho Cabrito’. *O Guarany* (1º de abr. de 1885, p. 1). Também havia engenho de moer cana com o seu alambique de fazer aguardente de cana na fazenda denominada Plataforma de São Braz, segundo Ott (1996) essas terras de Plataforma e São Braz pertenciam a uma só fazenda que em 1810 pertenceu ao Visconde da Torre. Nesse ano de 1810 essa fazenda, com seu engenho e alambique, possuía uma extensão de 640 tarefas de terras, dispunha de 54 escravizados e 24 trabalhadores livres. Nas demais terras se encontrava roças de mantimentos e crias de quintal.

### **A Freguesia de São Bartolomeu de Pirajá no século XIX**

Os indígenas designavam como o nome de Pirajá o principal rio que percorre essas terras na qual foi instalada a freguesia de S. B de Pirajá. Os portugueses mantiveram a toponímia Pirajá para designar o rio e as terras do seu entorno, acrescentando-lhes a patronímica do santo Bartolomeu. Assim, desde o século XVI a povoação de São Bartolomeu de Pirajá teve a sua localização nas terras componentes da Enseada de São Bartolomeu de Pirajá. Era costumeiro os portugueses demarcarem os lugares conquistados e ocupados fixando uma cruz, erigindo uma capela ou um forte militar, seguindo-se à exploração socioeconômica das pessoas e do território. A fixação desses objetos físicos com a sua simbologia religiosa utilizados como marcos para a exploração socioeconômica do território evidenciava as alianças políticas entre o Estado a Igreja e o capital mercantil. Depois da apropriação dessas terras, um dos seus primeiros marcos históricos foi a instalação do Engenho de Sua Majestade, também identificado como Engenho Real ou Engenho D’El-Rei. Segundo Ott (1996, p. 5) esse engenho esteve em funcionamento no ano de 1560. Nas suas proximidades foram erigidas as capelas de Nossa Senhora da Escada e a capela de S. Bartolomeu de Pirajá. As terras serviram às lavouras e engenhos, a enseada serviu de porto e prática de pescarias. Souza (2000) informou que em 1580 encalharam no Rio Pirajá duas baleias, após sacrificadas, renderam muitas barricas de “azeite”, e/ou óleo de baleia. Enquanto Tavares (1987, p. 87) ao identificar os fortes militares que

ficavam no entorno dessa cidade registrou: “Na foz do rio Pirajá ficava o de São Bartolomeu”. Portanto, ambos se referem ao rio com o seu nome de Pirajá. Enquanto a enseada integrou e integra a Península de Itapagipe, ambas, componentes da Baía de Todos os Santos.

As primeiras informações historiográficas sobre formação da povoação, depois, freguesia e bairro de São Bartolomeu de Pirajá remontam à construção desse Engenho Real em 1560, representando uma intervenção do Estrado e do capital mercantil nesse território. “Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis (Mészáros, 2011, p. 114). O primeiro sesmeiro dessas terras de S. B. de Pirajá foi João de Velosa que em 1545 construiu seu engenho de moer cana e fazer açúcar. Esse engenho foi queimado pelos indígenas, resultando na fuga de João de Velosa e o abandono dessas suas terras. Em 1555 a Coroa Portuguesa retomou essas terras e mandou que Gonçalo Rodrigues fizesse um engenho de açúcar que recebeu o nome de Engenho d’El Rei de São Bartolomeu de Pirajá. Em 1580 esse engenho produzira 650 arrobas de açúcar, Ott (1996) informou que essa produção era superior aos demais engenhos instalados no entorno dessa cidade.

Houve crescimento socioeconômico dessa povoação, pois Schwartz (1995, p. 81) registrou o reconhecimento da Freguesia de São Bartolomeu de Pirajá no ano de 1578. Também nesse ano já havia registro da sua igreja matriz, tendo a confirmação da sua paróquia no ano de 1608. Essa matriz foi construída nas proximidades do lugar no qual existiu a Cruz de Pirajá, depois conhecido como Largo de Pirajá. Ao auxiliar os portugueses nas suas conquistas territoriais os religiosos jesuítas costumavam fixar uma cruz nos lugares onde pretendiam atrair os indígenas para convertê-los ao credo cristão, por isso, antes da construção de capelas e igrejas era costumeiro a fixação de uma cruz/cruzeiro como forma de sinalizar a presença dos conquistadores. Essa igreja matriz de S. B. de Pirajá foi refeita no começo dos anos de 1700, quando ganhou o formato piramidal da sua torre, outras reformas resultaram na sua feição contemporânea. Schwartz (1995, p. 81) indicou que em 1624 essa freguesia possuía não mais que mil moradores. A base da sua estrutura socioeconômica permanecia nos cultivos da cana e da mandioca. Os livros do tomo do Mosteiro de São Bento registram esses cultivos nas suas terras pertencentes a essa freguesia de S. B. de Pirajá.

Como constou na escritura pública de transação amigável feita em 20 de dezembro de 1653 por Dona Maria Tenório Albuquerque, e suas irmãs, que cederam as terras herdadas por falecimento do seu irmão, Diogo Rocha de Albuquerque, ao Reverendo Dom Abade do Mosteiro de São Bento da Bahia. Nessa escritura registrou-se o cultivo da mandioca nas terras

do lugar, Buraco do Tatu, da Freguesia de São Bartolomeu de Pirajá<sup>9</sup>. (LOSE; PAIXÃO, 2016, v. 3. p. 196). O mesmo documento de escritura registrou os escravizados da Guiné: Antônio, Agostinho, Simão, Francisco Lacaio, Joaquim; e Antônio Cairo, e três negras, duas das ditas casadas e uma viúva. Diogo Rocha de Albuquerque deixou o usufruto dessa fazenda de mandioca, os acessórios e escravizados às suas irmãs e herdeiras: Dona Mariana Tenório de Albuquerque, Dona Izabel Tenório de Albuquerque e Dona Maria Tenório de Albuquerque, que cederam seus direitos de propriedade ao referido mosteiro. Diogo Rocha Albuquerque, declarou outra fazenda situada em Itapuã na qual possuía roças de mandioca, engenhoca de fazer farinha e dez escravos. (LOSE; PAIXÃO, 2016, v. 3, p. 308-309). Salientando que uma engenhoca de fazer farinha e/ou engenho de farinha eram termos empregados para se referir à casa de fazer farinha, conforme se encontra em Pita (1976, p. 27).

Até o ano de 1750 permaneciam apenas duas freguesias nesse subúrbio: A Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe e a Freguesia de S. Bartolomeu de Pirajá. Nas notícias sobre a Freguesia de Santo Antônio além do Carmo da Cidade da Bahia, pelo respectivo Vigário Balthazar Rodrigues dos Reis constava que em 1757 essa freguesia dispunha de 3.200 almas de confissão e comunhão, residiam em 450 fogos. (ALMEIDA, v. 31, 1909, p. 185). Enquanto Ott (1996) informou que em 1750 essa freguesia dispunha de 156 moradias/fogos/casas. Essas moradias abrigavam 897 almas. A denominação “almas” era a forma como se designava as pessoas com idades a partir de 7 anos. Conforme os *Annaes* (1909, p. 217) em 1757 essa freguesia possuía cinco capelas filiais e outras duas pertencentes aos religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo, sendo essas: a capela de Santa Luzia, na ilha do mesmo nome, São Caetano, São Braz, São João e Nossa Senhora da Escada, sendo Francisco Batista da Silva o vigário encarregado dessa matriz. José Antônio Caldas deu notícias da Capitania da Bahia no ano de 1759 e informou que essa freguesia dispunha de 5.684 moradores que habitavam em 886 fogos. (CALDAS, 2015, p. 75). Enquanto, para os *Annaes* (1909, p. 217), nessa época a freguesia possuía 900 pessoas de comunhão, vivendo os seus moradores de pequenas roças. No final do século XVIII a povoação dessa freguesia estava estabelecida nos lugares conhecidos como: Itacaranha, Praia Grande, Frágoso, São Caetano, Ilha de Lucas Pinto, São Braz, N. Senhora da Escada, Campos de Lamarão, Jaqueira, São Braz Velho, Cachoeira, Cangurungun, Guiga, Estrada Geral do Sertão, Terra Nova, Conceição, Pedras Pretas, Buraco do Tatu, Mangueiras, Terras de São Bento, Pituaçu, Barreiras, Cajazeiras, Dendezeiro, Campina,

---

<sup>9</sup> O Buraco do Tatu se encontra nas imediações dos lugares atualmente identificados como Pedra de Xangô e Rótula da Feirinha, componentes dos Bairros Fazenda Grande I, II, III e IV. A designação Buraco do Tatu também foi empregada para identificar o quilombo que desde 1743 existiu nessa localidade.

Camorogipe. Os seus rios eram conhecidos como: Enforca Mentiras, Pituaçu, Camorogipe, Cangurungun, Dendezeiro, Rio Pirajá, Jaguaripe, Peripitumba e Riacho Cabrito<sup>10</sup>. No ano de 1750 o engenho de S. Bartolomeu de Pirajá passou a ser denominado Engenho Cabrito, essa nova denominação também pode significar uma nova construção erguida nas proximidades do antigo engenho d'El Rei. Esse Engenho Cabrito foi dos mais destacados dessas terras entre Paripe e Pirajá, um dos seus proprietários foi Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, depois, pela sua proeminência política e econômica, foi agraciado com o título de Visconde de Pirajá.

Os cronistas e viajantes que escreveram sobre a cidade da Bahia nos séculos XVIII e XIX enfatizaram a descrição das freguesias urbanas dessa cidade, não dando muitas descrições sobre as freguesias suburbanas. Vilhena (1969, v. 1, p. 49) informou que a freguesia de S. B. de Pirajá tinha os seus limites pela parte do Sul com a Freguesia de Nossa Senhora da Penha e pelo Norte com a Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe. Enquanto Almeida (*Anais*, v. 1, 1909, p. 216) informou que a divisa das freguesias de N. S. do Ó de Paripe com a freguesia de S. B. de Pirajá se dava no rio Peripitumba, que percorria meia légua entre a sua nascente e o lugar no qual desaguava no mar<sup>11</sup>.

Segundo Vilhena (1969) a extensão desta freguesia era de uma légua e meia (cerca de nove km<sup>2</sup>); enquanto Almeida (Annaes, 1909, p. 217) registrou a sua extensão em duas léguas. As suas divisas pela borda do mar eram desde Periperi até as proximidades de São Caetano, na sua extensão, seguia de Pirajá em direção ao Cabula abrangendo as terras nas quais se encontravam as fazendas Águas Claras e Pedra Preta. Essas fazendas mencionadas não possuíam engenhos, mas plantavam cana-de-açúcar que eram moídas nos engenhos mencionados.

### **As lutas políticas pela independência da Bahia e o 2 de julho de 1823**

O processo histórico do povoamento da cidade do Salvador fez dessa localidade de Pirajá um lugar estratégico para a defesa militar dessa cidade. Isso ficou demonstrado durante a ocupação desta cidade pelos holandeses em 1624, 1627 e 1638 também durante a guerra de libertação da Bahia ocorrida nos anos de 1822/23<sup>12</sup>. Assim como, lugar estratégico nos eventos

---

<sup>10</sup> Essas referências toponímicas do meado do século XVIII são relevantes porque auxiliam, no presente, na identificação dos lugares com as suas antigas e/ou novas designações.

<sup>11</sup> Esse rio Peripitumba ou Peripetumba pode ser o riacho que na atualidade percorre o lugar denominado Rua da Glória, em Periperi e desagua próximo à estação ferroviária de Periperi.

<sup>12</sup> Os jornais que circularam nessa capital no século XIX também a denominavam: Guerra Santa da Independência.

políticos da Sabinada, movimento político-militar ocorrido nessa cidade da Bahia em 1837, teve entre as suas lideranças o médico Cipriano José Barata de Almeida<sup>13</sup>.

A localidade de Pirajá foi um dos lugares do desfecho da guerra de independência da Bahia ocorrida entre o final do ano de 1822 até 2 de julho de 1823, culminando com a vitória militar dos baianos contra os portugueses. Um dos líderes dessa campanha militar foi o francês General Pedro Labatut que se destacou por ter oferecido aos trabalhadores escravizados, após a anuência do seu senhor, a possibilidade de libertar-se da condição de escravizados aos que fossem incorporados às fileiras militares<sup>14</sup>. Finalizada a guerra patriótica, como também ficou conhecida, foram os seus comandantes militares condecorados com honrarias e fidalguias, a exemplo de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque que recebeu o título de Visconde de Pirajá. Essa e outras honrarias também foram concedidas a outros familiares e seus sucessores que possuíram e/ou herdaram o sobrenome Pires de Carvalho e Albuquerque, a exemplo de Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, primeiro Visconde da Torre de Garcia d'Ávila e primeiro barão desse mesmo título. Mais tarde, José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque também foi agraciado com o título de Visconde de Pirajá, depois, Barão de Pirajá.

Em 1852 os jornais que circulavam na cidade da Bahias patrocinaram uma campanha publicitária solicitando que as pessoas fizessem doações em dinheiro para a aquisição de um túmulo de mármore que seria depositado na Igreja de Pirajá e no qual fosse guardado os restos mortais do general Pedro Labatut, isso era necessário para preservar na memória social a sua contribuição à luta pela independência do Brasil na Bahia em 2 de julho de 1823. Assim, José Marcelino dos Santos, testamenteiro de Pedro Labatut, publicou no jornal O noticiador Católico, na data de 4 de setembro de 1853 que os restos mortais do General Labatut foram trasladados da igreja do Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade e depositados na igreja matriz de Pirajá. Sendo a urna transportada a partir desse mosteiro até Arsenal da Marinha e, desse ponto, levada até a localidade de Escada, seguindo-se em cortejo solene composto por

---

<sup>13</sup> Cipriano José Barata de Almeida era baiano, dispôs de títulos honoríficos como Benemérito da Pátria e Dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro, que equivalia a oficial-general brigadeiro. Na Bahia, Cipriano Barata fazia oposição política aos grupos políticos conservadores, identificados como Caramurus, Marotos e Pedristas. Essa oposição custou-lhe perseguições e prisões em vários momentos da sua vida, quando contava 70 anos de idade fora, outra vez, condenado a 10 anos de prisão com trabalhos. Morreu em 1838.

<sup>14</sup> O general/marechal de campo Pierre (Pedro) Labatut, de nacionalidade francesa, comandou as forças militares do exército baiano no período de 27 de outubro de 1822 até 21 de maio de 1823. Tendo sido destacada a sua atuação no comando da tropa que combateu em Pirajá na data de 8 de novembro de 1822 e em Itaparica 7 em de janeiro de 1823. Também comandou tropas no Ceará em 1832 e no Rio Grande do Sul em 1840/1841. Faleceu na cidade do Salvador em 4 de setembro de 1849. Tendo sido sepultado em uma catacumba no Mosteiro da Piedade. Constando, porém, o seu desejo, em vida, de ser sepultado em Pirajá. (O Guaycuru, 16 de set. de 1850, p. 3). O Pantheon em memória dos combatentes do 2 de julho de 1823 foi construído na praça da igreja matriz de Pirajá e inaugurado em 26 de julho de 1914.

autoridades políticas, judiciárias, pessoas do clero, comandantes e oficiais militares. Foram todos conduzidas pelo vapor de nome Progresso, e outras embarcações, estando todas as autoridades trajando casacas e vestidos de preto, seguidos pelo povo, até a referida matriz, conforme registrou o jornal *O Noticiador Católico* (4 de set. de 1853, p. 112).

Durante a guerra patriótica o exército de libertação da Bahia foi composto por combatentes remanescentes da sua condição política de trabalhadores escravizados, homens pretos livres, indígenas e mulheres, porém, as honrarias militares referentes ao 2 de julho de 1823 foram concedidas aos homens brancos e comandantes de tropas. Os jornais que circularam nessa cidade no século XIX, fizeram poucas referências aos soldados pretos, livres ou escravizados, que sobreviveram a essa guerra. Mas os jornais publicaram notícias sobre a existência de reuniões e aglomerações de pretos livres e/ou escravizados que ocorriam nas matas de Pirajá após o 2 de julho de 1823. Informaram que muitos dos ex-combatentes, receosos de retornarem aos seus senhores e serem novamente escravizados, optaram por viver na cidade do Salvador como trabalhadores ao ganho e/ou nas lavouras existentes nas proximidades dessa cidade. Os jornais atribuíam a essas pessoas a condição política de escravos fugidos e temiam que pudessem organizar levantes armados contra a cidade. Assim o fez o jornal *Diário Constitucional*, publicando que os moradores das localidades de Pirajá, Cabula, São Bento, Barreiras e Bate Folha cobravam providências do governo para conter os ajuntamentos de negros armados, inclusive mulheres, que nos dias de domingo e feriados realizavam reuniões com batuques nessas localidades. *Diário Constitucional* (19 de fev. de 1822, p. 4). No século XIX havia quilombos formados nas terras próximas a essa cidade, a exemplo do quilombo do Urubu que abrangia São João do Cabrito, São Bartolomeu, Campinas de Pirajá e Barreiras. Também o quilombo do Cabula, outro no Buraco do Tatu e Coqueirinho de Itapuã. Essas aglomerações eram facilitadas pela existência de matas, favorecendo na obtenção de caças para a subsistência alimentar, rios e enseadas que propiciavam pesca e coleta de mariscos, também engenhos de açúcar e pequenas lavouras que podiam aproveitar essa força de trabalho.

Nos anos de 1830 o engenho Cabrito permanecia dos mais proeminentes dessa freguesia, dispunha de alambique e servia de pousio aos tropeiros que percorriam a Estrada das Boiadas em direção à Salvador e/ou sertões. Porém, em 1855 após o respectivo processo de inventário *post-mortem* uma parte das terras do engenho Cabrito foi vendida para sanar dívidas financeiras com os seus credores, permanecendo como patrimônio do engenho Cabrito as terras da Fazenda São Braz e Fazenda Boa Vista, mantidas sob a posse do seu herdeiro Francisco Ferreira de Souza. Conforme Ott (1996) em 1858 esse engenho possuía 3.000 tarefas de terras e dispunha de 80 bois do serviço do engenho, 600 dessas tarefas de terras eram ocupadas com

plântio de canas. O restante das terras compunha-se de pastagens e matas para a extração de madeiras e lenhas. Nessa mesma época, possuía 50 trabalhadores escravizados e produzia 2.100 arrobas de açúcar/ano. Salientando-se que além da produção de açúcar deve-se acrescer a produção de melaço de cana para suprir a demanda do seu alambique, no qual era manufaturada a aguardente de cana, que além do seu consumo no mercado local da cidade da Bahia, era mercadoria relevante, juntamente com o tabaco, para a aquisição de trabalhadores escravizados. O alambique também podia ser alugado a terceiros, constou em anúncio do *Correio Mercantil* o aluguel de um desses alambiques de Pirajá: “O tenente-coronel Seabra aluga a sua propriedade de alambique com toda a fábrica precisa para destilar três pipas de aguardente diariamente<sup>15</sup>. Também vende uma lancha de boca aberta com 55 palmos de quilha” *Correio Mercantil* (26 de jan. 1841, p. 3). Isso mostra formas de produção e transporte, evidenciando a relevância que teve a Baía de Todos os Santos e a navegação na manutenção socioeconômica dessa freguesia.

Teve-se outro anúncio: “Vende-se ou aluga-se, por preço cômodo, uma grande fazenda bem plantada e com fábrica de fazer farinha, denominada Outeiro, antes de chegar a Pirajá: quem a pretender pode dirigir-se ao seu dono à Rua dos Coqueiros d’Água de Meninos, casa n. 39” *Correio Mercantil* (11 de fev. de 1847, p. 3). Assim como:

“Quem quiser comprar uma fazenda denominada Ilha Amarela, no distrito de Pirajá, entrando pela estrada até o porto do mar para um desembarque, contendo de um lado duas léguas de extensão com uma grande cachoeira no centro, que desagua para os rios e vão ter ao mar, e de outro lado com mais de léguas em terras próprias, com todos os arvoredos precisos e estimáveis; e finalmente uma grande mata de todo e qualquer madeira, dirija-se a Rua de Baixo de São Bento, casa n. 49, que achara com quem tratar”. *Correio Mercantil* (29 de set. de 1848, p. 4).

É possível que esse anúncio trate da venda das terras onde se encontrava e ainda se encontra a cachoeira do Rio Pirajá e/ou Cachoeira de São Bartolomeu. A indicação da existência de arvoredos precisos e estimáveis refere-se a árvores de frutos, podendo ser jaqueiras, mangueiras e outros.

### **A Estrada de Ferro de São Francisco e novas configurações socioterritoriais**

No século XIX a Revolução Industrial originária da Europa Ocidental impôs novas formas de produção e reprodução social do capital tendo como referências o aproveitamento do

---

<sup>15</sup> Uma pipa equivalia a 420 litros.

minério de ferro para a produção de estruturas metálicas, ferramentas e meios de transportes. Desde 1830 existiu na freguesia de São Bartolomeu de Pirajá uma fundição de cobre, que ficava na Fazenda Cabrito, produzia caldeiras, tachos e outros utensílios empregados nos engenhos. Em 1851 o fazendeiro Almeida Brandão construiu em Plataforma uma usina/fundição de cobre e ferro. E no ano de 1875 a família Martins Catharino adquiriu uma parte das terras do engenho Cabrito e construiu a sua Fábrica Têxtil na localidade de Plataforma. Seguindo-se a instalação da Fábrica dos Fiais localizada no Largo do Tanque<sup>16</sup>. A revolução Industrial também favoreceu na transição dos engenhos movidos pela força motriz de animais - bois de moenda - para máquinas a vapor, seguidos dos engenhos centrais e usinas de açúcar. Assim como, a implantação do transporte ferroviário que teve o seu ramal na freguesia de S. B. de Pirajá. A primeira referência a essa ferrovia se encontrou na Lei Provincial n. 450 de 21 de junho de 1852, resultante de acordos políticos feitos entre a Assembleia Provincial e o Vice-Presidente da Província da Bahia, Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, governou na transição entre os presidentes da Província, Francisco Gonçalves Martins (Visconde de São Lourenço) 1848-1852; e o seu sucessor, João Maurício Vanderley (Barão de Cotegipe) 1852-1855.

A concessão da licença para construção e operação desta ferrovia foi concedida ao grupo de investidores componentes da Junta da Lavoura, e outros proprietários, que pleitearam o privilégio exclusivo de explorar essa ferrovia por um período de 40 anos, findo o qual seria repassada ao governo provincial, podendo a mesma companhia ser recompensada pelos investimentos feitos. No seu percurso deveria partir do caminho da Jiquitaia, na capital desta província e seguir até a vila de Juazeiro. Assim como, dispor do transporte feito por embarcações que operassem a navegação a partir da Cachoeira de Paulo Afonso e seguindo o curso do Rio de São Francisco. O prazo estipulado para a conclusão da construção da ferrovia foi de 10 anos. Ficando o governo provincial encarregado de remunerar a companhia na quantia de 20 contos de réis para cada légua da estrada construída. Assim como, emitir apólices para obtenção de créditos para suprir os compromissos financeiros acordados. Ficando a companhia na obrigação de abrir uma estrada pública paralela à ferrovia, assim como, construir pontes, fontes de água, tanques e poços para servir às pessoas que transitassem nessa estrada comum. (*O Paiz*, 15 de abr. de 1854, p. 2). Entretanto, essa lei e respectiva concessão contrariou os

---

<sup>16</sup> Muitas dessas fábricas funcionaram até o final do século XX. Após a instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA) em 1950 foram incentivadas a saírem da cidade e se instalarem no CIA. Outras permaneceram até os anos de 1970/1980 a exemplo da FAGIP, no Largo do Papagaio; a Toster, a fábrica de linhas Corrente e a Companhia de Cigarros Souza Cruz, que ficavam no Bonfim; a Chadler, no Uruguai, fabricava chocolates; a fábrica de doces e balas Sabor e a fábrica Café Cravo, no Caminho de Areia, a Companhia Industrial de Vidros (CIV) no Jardim Cruzeiro, dentre outras, funcionaram até os anos 1980/1990.

interesses políticos do Presidente da Província, o Barão de Cotegipe, defendendo que a concessão fosse feita pelo Governo Imperial. Assim, Maurício Wanderley não acatou a Lei 450 de 21 de junho de 1852 e postergou a construção da via ferroviária. Isso gerou descontentamentos políticos dos representantes da Junta da Lavoura que através dos jornais manifestaram o seu desagrado pela recusa do governo Wanderely em autorizar o início das suas obras<sup>17</sup>. Para justificar a sua recusa o Governo Provincial editou em abril de 1854 um concurso público com validade de um ano para o recebimento de propostas para a construção desse ‘caminho de ferro’ expressão também usada pelos jornais em referência a essa estrada. Decorridos sete anos da Lei Provincial n. 450 de 21 de junho de 1852, foi iniciada em 1859 a desapropriação de uma faixa de terras com a sua extensão de 13 km que se iniciava na localidade da Calçada do Bonfim e findava em Paripe, compreendia as terras que ficavam à beira-mar, no seu lugar foram instalados os trilhos dos trens pertencentes a companhia Estrada de Ferro do São Francisco, com o seu percurso partindo da Bahia e seguindo em direção à Minas Gerais.

O funcionamento socioeconômico desta freguesia também pode ser averiguado através do recenseamento geral do Brasil de 1872, constou que a freguesia de S. B. de Pirajá era composta de 574 fogos/moradias nas quais residiam 2.863 almas/moradores. Desse total de pessoas, havia 1.246 homens e 1.290 mulheres livres. Enquanto outros 172 homens e 155 mulheres viviam na condição política e socioeconômica de pessoas escravizadas. Na descrição das suas ocupações constou 1974 pessoas sem profissão, outras 396 se ocupavam da lavoura, 99 se declararam criados e/ou jornaleiros, os serviços domésticos ocupavam 70 pessoas (IBGE, 1872, v. 3, p. 38-40). Enquanto o recenseamento de 1890 registrou a população dessa freguesia com 2.390 homens e 2.698 mulheres, totalizando em 5.088 pessoas (IBGE, 1890, p. 24). No começo do ano de 1881 a freguesia de S. Bartolomeu de Pirajá dispunha de 2.863 moradores.

A estrutura socioeconômica dessa freguesia também pode ser averiguada através dos jornais impressos em Salvador no século XIX, publicavam avisos de compra e/ou venda de terrenos: “Quem quiser comprar uma fazenda com casas de morar e de fazer farinha, com todos os seus utensílios, e muitos arvoredos frutíferos em terras foreiras ao Mosteiro de São Bento, situado no lugar chamado Muriçoca, freguesia de S. B. de Pirajá dirija-se a esse periódico”. *A Verdadeira Marmota* (4 de jun. de 1851, p. 4). Também, no anúncio de leilão da fazenda Campinas, com terras próprias, casa de morada, currais, enseada de brejo e rio. Suas divisas

---

<sup>17</sup> A Junta da Lavoura era uma associação dos grandes proprietários de terras, dentre os quais, a Vice Condessa da Torre de Garcia d’Ávila, Visconde de Pedra Branca, o Barão de Pirajá, Barão de São Francisco, Barão do Rio de Contas, Barão de Cajaíba, Joaquim Ignácio de Aragão Bulcão, Francisco Vicente Vianna, Justino Nunes de Santo Sá, João Vaz de Carvalho, José Bettencourt Berenguer Cezar, Luiz Manoel de Oliveira Mendes, Luiz Antônio de Meireles, Simão Gomes Ferreira Veloso, vigário Antônio José Teixeira (*O País*, 19 de abr. de 1854, p. 4).

princiavam pela parte esquerda do rio Camorogipe<sup>18</sup> seguindo pela Estrada das Boiadas, divisando com o brejo desse rio e com os caminhos que iam para as Barreiras e Engomadeira. *Correio da Bahia* (20 de out de 1877, p. 3).

Enquanto os Anais da Assembleia Provincial da Bahia publicaram em 3 de agosto de 1880 que em atendimento ao Projeto n. 295, confirmado na Lei 2.080, de 14 de agosto de 1880, o governo provincial procedeu na mudança da sede dessa Freguesia de Pirajá para a capela filial de N. S. de Escada (*Annaes*, 1880, p. 25). Por isso, algumas vezes, se encontrou referências à Freguesia de Nossa Senhora da Escada de Pirajá e/ou Paróquia de Nossa Senhora de Escada de Pirajá. Essa mudança ocorreu em face das reformas e manutenção procedidas na igreja matriz. Após a instalação da linha férrea houve crescimento populacional de Periperi resultando, inclusive, na existência de uma representação do Centro Operário. Nesse ano o governo aprovou a realização de três loterias para amealhar recursos financeiros para a reforma da igreja de Periperi. A estrutura agrícola dessa freguesia de Pirajá também passou a contar com roças e cultivo do cafeeiro, somando-se à mandioca, cana, dendezeiros, jaqueiras e cajueiros. Enquanto os engenhos de açúcar iniciavam seu período de crise econômica.

O Barão de Pirajá era o proprietário do Engenho Cabrito, tinha dívidas a saldar junto ao Banco Mercantil e a Caixa Sociedade e Comércio, por isso, alguns dos seus bens de raiz foram à hasta pública, a exemplo da sua Fábrica 2 de Julho que tinha as suas terras nas divisas com o Engenho Cabrito, estrada de Pirajá e engenho do Cobre. Os respectivos bens consistiam em: um engenho de açúcar com os seus acessórios, terras próprias, terrenos com matas, fontes, tanques, porto com estrada de ferro com 1.200 palmos de trilhos para embarque de mercadorias, guindaste de ferro no cais, outro portátil, dois barcos, uma lancha, um saveiro, um bote, três canoas e lanchas. Assim como, o trapiche, a casa do fabrico de açúcar com 212 palmos de comprimento e 125 de largura, constituída de três corpos, sendo o primeiro com três andares e o segundo e o terceiro térreos. Dentre os acessórios possuía cinco tachas de cobre, cinco caixas forradas de cobre, uma prensa de ferro, uma caldeira com os seus pertences, grandes bicas e diversos tubos de ferro, madeiras, alvenaria, capacidade para produção de 30 mil canadas. Possuía ainda, diversos aparelhos mecânicos, seis moinhos, três caldeiras multitubulares, duas máquinas a vapor, três bombas de repuxo, oito filtros, dez turbinas, 750 catalisadores, peneira de arame, duas estufas, sete balcões, sete fornalhas, um torno grande com os seus pertences. Dispunha ainda, de quatro casas nas quais se encontravam a ferraria, forja, bigorna, tornos, a casa na qual morava o maquinista e um armazém junto à mesma casa, constando de quatro

---

<sup>18</sup> Camorogipe era a forma gráfica como se descrevia no século XVIII o rio que nasce nas divisas entre a Capelinha de São Caetano e a Boa Vista de São Caetano, no seu percurso desagua no mar, através do Rio Vermelho.

dornas de madeira, uma casa de alambique na qual se encontrava dois alambiques de cobre, um tanque para 49 pipas de vinho, dois ditos menores, 60 dornas de 200 a 300 canadas cada uma<sup>19</sup>, quatro bombas, quatro tanques para depósito de mel de cana, uma roda de ferro toda cubada que serve como motora de transmissão, medindo 50 palmos de diâmetro, diversos tubos, encanamentos e objetos sobressalentes. Possuía ainda, três balanças grandes, 3.500 sacas de algodão aniagem, barricas, caixas, pipas, tonéis, carros e rodas. Também, a casa de residência da família, com os seus móveis, casas de banho e estrebarias. Assim como, as dívidas que somavam 6:602\$537rs. Ainda, moveis e outros objetos que se encontravam no escritório da Companhia 2 de Julho, localizado na Praça do Riachuelo, nessa cidade. *Gazeta da Bahia* (28 de jan. de 1880, p. 2). O referido leilão foi feito em um só lote, mas os bens foram divididos em duas ofertas distintas, a primeira constituída de terrenos e casas, o segundo pelas máquinas e utensílios da produção. Dentre os bens ofertados não foram incluídos os trabalhadores escravizados, esses totalizaram a quantia de 3:200\$000rs. Indicando que o capital imobilizado nessa força de trabalho equivalia a cerca de metade do total da dívida em apreço.

Os bens descritos mostram que no final do século XIX prevalecia a existência de engenhos de açúcar nessa freguesia. E mostra que os acessórios componentes desse engenho correspondiam às inovações técnicas aplicadas à produção açucareira baiana. Mostra ainda a relevância que teve a produção de aguardente como subsidiária ao açúcar. Até 1850 a aguardente serviu como moeda de troca na Costa da África<sup>20</sup>. Também mostra o capital financeiro e casas bancárias presentes no financiamento da produção açucareira nessa freguesia. O Barão de Pirajá possuía outros engenhos em Santo Amaro, exercia funções públicas e negociava com o capital financeiro na praça desta cidade da Bahia.

As transformações socioeconômicas e a presença do capital industrial nesta freguesia contribuíram na construção da Fábrica Têxtil São Braz, instalada em 1875 no Arraial da Plataforma sob representação da Brandão Júnior e Companhia. Em 1882 seu proprietário era Antônio Francisco Brandão, o seu capital foi declarado em 2:000\$000rs. Possuía máquinas à vapor e empregava 111 operários sendo 40 homens, 60 mulheres e 11 trabalhadores menores de idade. Essa fábrica têxtil ficou conhecida como Burgo Industrial da Plataforma e/ou Fábrica São Braz de Plataforma, fabricava tecidos diversos como brins, tecidos para camisas, meias e tecidos rústicos para sacaria, sua produção destinava-se ao mercado local da Bahia, também exportava para o norte do Império. Pertenceu ao comendador Manoel Francisco de Almeida

---

<sup>19</sup> Canada era uma antiga medida de capacidade de líquidos. Equivalia à 2.622 litros.

<sup>20</sup> Nessa época também existiram alambiques na Cidade Baixa, como o alambique que pertenceu Lourenço Soares de Pinho, que ficava no porto do Papagaio.

Brandão. Essa fábrica foi ampliada e tornou-se um complexo fabril, como constou em 2 de abril de 1891 no anúncio da criação da Companhia Progresso Industrial, pertencente ao comendador Bernardo Martins Catarino, dedicava-se a explorar os recursos naturais existentes nas terras da Fazenda Brandão, instalar uma fábrica de calçados, outra de sabão, velas e ceras, ampliar a fábrica de tecidos, instalar uma fábrica de camisas, outra de chapéus de feltro; construir na Fazenda Cabrito outra fábrica de tecidos com 150 teares com motor hidráulico para produzir algodão azul tipo americano, construir um curtume para a produção de couros para servir à fábrica de calçados e instalar uma fábrica de papelão para servir de caixaria aos produtos dessa companhia industrial. Cabendo ao Banco Emissor da Bahia o financiamento de 10.000 contos de réis para arcar com as despesas de instalação desse empreendimento industrial (*Jornal de Notícias*, 9 de abr. de 1891, p. 4). Dessa forma se vê como o capital mercantil migrou para o setor industrial e como o Estado, os bancos e o capital financeiro participaram dessa transição na Bahia no final do século XIX.

Em 7 de agosto desse de ano 1880 a Assembléia Provincial autorizou o governo provincial a despender 20 contos de réis para construir na igreja de São Bartolomeu de Pirajá um monumento no qual fossem guardados os restos mortais das pessoas que tombaram em Pirajá na luta pela independência da Bahia em 1822/1823. Essa autorização resultou na construção do mausoléu no qual repousou os restos mortais de Pierre Labatut. Mas o Pantheon em sua memória foi inaugurado em 26 de julho de 1914. Sua construção ocorreu por iniciativa da Liga Bahiana de Educação Cívica, recursos financeiros do Conselho Municipal e doações feitas por particulares. Ficando a sua guarda compartilhada pelo Arquivo Público da Bahia (APEB) e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). (*Bahia Ilustrada*, 1919, p. 8).

Nesse final de século XIX a Sociedade Bahiana de Imigração, juntamente com a Junta da Lavoura, solicitou ao Governo Provincial uma visita a essa freguesia com o propósito de desapropriar terras para nelas serem abrigados colonos estrangeiros, para isso, o governo destinou recursos no valor de 4:000\$000rs (quatro contos de réis), primeiro o governo averiguou a desapropriação das terras onde se encontrava o Engenho da Conceição, em Pirajá, depois, tentou adquirir terras no Cabula. A Junta da Lavoura era dirigida por pessoas com títulos honoríficos de comendadores, barões, condes e viscondes, destacando-se os conselheiros Almeida Couto e Leovigildo Filgueiras, o barão Muniz de Aragão, barão de São Francisco, Dr. Severino dos Santos Vieira, dentre outros que conduziam a transição política e socioeconômica da Bahia no final do século XIX e começo do século XX. Essas duas associações de proprietários de terras, capital e negócios políticos, realizavam as suas reuniões no Palácio do Governo da Bahia, como se encontra na nota seguinte: “Imigração: anteontem, às 3 horas da

tarde, teve lugar no palácio do governo uma reunião da Sociedade Bahiana de Imigração, a que assistiram representantes da imprensa desta capital” Diário da Bahia (17 de jan. de 1889, p. 1)

Nas mensagens de 1893 do Governador da Bahia à Assembleia Legislativa se encontram os registros de terras das freguesias dessa cidade, constou que a Freguesia de Pirajá dispunha de 56 propriedades de terras registradas. Paripe possuía 67 propriedades, Itapuã 27, Brotas 140, Vitória 179. Mesmo considerando-se a existência de terras não registradas, esse número indica elevada concentração fundiária e um baixo percentual de urbanização, note-se que, nesse ano, já se encontrava em funcionamento o cemitério de Pirajá, mas eram sepultados, anualmente, apenas cerca 20 corpos. Do mesmo modo, funcionava o cemitério anexo à capela de N. Senhora da Escada. Esse cemitério de Escada foi contemplado com a Lei n. 1889, de 26 de junho de 1879, na qual o governo provincial autorizou a realização de três loterias, e com os lucros auferidos, fossem custeadas as suas reformas. A realização de loterias para custear obras de construção ou reforma de igrejas, capelas e cemitérios foi uma prática comum até 1889, quando foi extinto o padroado e efetivada a separação das relações políticas entre a Igreja e o Estado<sup>21</sup>.

### **Considerações finais**

Nessas considerações finais ficam ressaltadas a estrutura agrária mercantil dessa freguesia de São Bartolomeu de Pirajá por todo o período desde a sua fundação no século XVI, e assim permanecendo, até o final da primeira metade do século XIX, produzia para atender à subsistência alimentar dos seus moradores e da cidade do Salvador, também ao mercado externo à Colônia, destacando-se os cultivos da mandioca e da cana. Notando-se que após 1850 o litoral desta freguesia passou a receber investimentos e construção de unidades fabris condizentes com a expansão da Revolução Industrial nesta cidade do Salvador, notadamente, pela instalação de indústrias do ramo têxtil, fundição de cobre, engenhos de açúcar movidos por máquinas à vapor e instalação de trilhos de ferro para servirem ao transporte ferroviário ligando a cidade do Salvador à localidade de Paripe, contemplando a periferia marítima desta freguesia. Assim como, após 1850 foi iniciado o seu desmembramento territorial para a formação de novas povoações, notadamente, em direção à Fazenda Pedra Preta e a localidade do Cabula. Do

---

<sup>21</sup> O cemitério de Plataforma foi inaugurado em 16 de março de 1915 em terreno cedido pela companhia Progresso Industrial da Bahia. Antes, os defuntos de Plataforma eram sepultados no cemitério de Pirajá, que distava 9 km dessa povoação. Esse novo cemitério ocupava uma área de 14.414 m<sup>2</sup>. Tinha capacidade para 3.236 covas e 800 enterramentos por ano. Possuía capela, ossuário, ruas e quadras, áreas destinadas ao sepultamento de pessoas adultas, crianças e leprosos. Foi construído sob responsabilidade do engenheiro Antônio Lopes da Silva Lima e inaugurado durante a gestão política do diretor de saúde pública municipal Gonçalo Muniz e inspetor de higiene Amaral Muniz. A Notícia. (17 de mar. de 1915, p. 3)

mesmo modo, após 1850 os jornais que circulavam nesta cidade de Salvador passaram a publicar anúncios da fuga de trabalhadores escravizados que pertenciam a senhores escravistas proprietários das terras e engenhos nessa freguesia. Isso demonstra a transição socioeconômica ocorrida com o fim do comércio de pessoas escravizadas, concomitantemente com as novas formas de reprodução social do capital verificadas nessa cidade do Salvador na segunda metade do século XIX. As fontes indicaram que esse avanço do capital industrial no território dessa freguesia permaneceu em expansão nas três primeiras décadas do século XX, porém, a análise dessas três décadas não foi procedida porque esteve fora do escopo inicial deste artigo, que na sua proposição inicial ficou atinente apenas ao século XIX.

Ressaltando que este estudo não pretendeu esgotar as possibilidades de interpretação historiográfica do objeto analisado. Oferece fontes, bases teóricas e metodológicas que podem auxiliar na continuidade das análises sobre a formação histórica e o desenvolvimento socioeconômico dessa freguesia de São Bartolomeu de Pirajá. No contexto dessas considerações finais cabe destacar que, no final do século XIX, após o fim do escravismo, muitos trabalhadores, com as suas famílias, passaram a ocupar as terras do Bom Gosto da Calçada do Bonfim e as terras alagadiças atrás da Igreja dos Mares. Viviam da mariscagem e vendiam a sua força de trabalho no Porto e feira de Água de Meninos, nos trabalhos urbanos e nas lavouras e/ou roças de Pirajá. Nos avanços da ocupação dessas terras alagadiças formou-se, depois, os bairros do Uruguai, Jardim Cruzeiro e os Alagados.

Fica indicada a possibilidade de continuidade deste estudo. Por isso, faz-se aqui, nessas considerações finais, um breve avanço na cronologia estabelecida neste texto para indicar *a priori*, as transformações socioeconômicas ocorridas nessa freguesia no começo do século XX. Após os anos de 1940 essa região de S. B. de Pirajá passou por uma série de transformações socioeconômicas fomentadas pelo Estado. Teve-se a construção da Base Naval de Aratu, localizada após Paripe, a base naval Backer, estabelecida no bairro do Comércio e o Aeroporto da Estrada da Velha ou Aeroporto da Pitanguinha. Essas obras foram feitas no contexto das alianças políticas do Brasil durante a II Guerra Mundial (1939-1945). Passada a Guerra, o Governo baiano criou um grupo de estudos dedicado ao Planejamento para o Desenvolvimento Industrial da Bahia (PLANDEB). O PLANDEB resultou no Centro Industrial de Aratu (CIA). A estrada feita para ligar o CIA a cidade do Salvador foi identificada como Avenida Afrânio Peixoto, mais conhecida como Avenida Suburbana. A construção do CIA também se vinculou à descoberta de petróleo em São Braz (Lobato) e na necessidade de construção na Bahia de uma refinaria de petróleo que ficou instalada em São Sebastião do Passé, isso foi necessário para o aproveitamento local da extração de petróleo que ocorria no Recôncavo. Após decorridos 20

anos da instalação do CIA teve-se o início do planejamento e construção do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), subsidiário à RELAN. Seguida da instalação da Companhia Química do Recôncavo (CQR) na localidade de São Braz. Essas intervenções política do capital e do Estado nesse território resultou na fragmentação das fazendas e roças que existiam nessa freguesia de Pirajá. Após os anos de 1960 o Estado da Bahia iniciou uma série de desapropriação dessas terras e as cedeu ao capital imobiliário facilitando o seu aproveitamento para moradias populares financiadas e/ou coordenados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER) e outras empresas associadas. Desse modo, foram construídas moradias populares em Paripe, Periperi, Coutos e Ilha Amarela. Enquanto no decorrer dos anos de 1960/1970 os movimentos sociais que lutavam por moradias incentivaram a ocupação de terras devolutas existentes no Subúrbio Ferroviário. Assim foram surgindo ocupações sociais nas terras abrangidas de Paripe à Pirajá. Nesse ínterim, os movimentos sociais iniciaram campanhas políticas para expulsão da CQR. Essa companhia despejava resíduos industriais nas águas da Enseada de São Bartolomeu, contaminava as águas e restringia, notadamente, a pesca da sardinha e a coleta de mariscos. Na luta dos movimentos sociais também ocorreu o fim das moradias sob palafitas que existia no entorno do Lobato, Uruguai, Jardim Cruzeiro e Massaranduba. No presente, a luta política ocorre em defesa das águas e remanescentes das florestas da Área de Preservação Ambiental (APA) componente do território no qual se encontra o Parque de São Bartolomeu de Pirajá.

## Referências

ALMEIDA, Eduardo de Castro e (Org.). **Inventário** dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, 1801-1807. Annaes da Biblioteca Nacional (ABN), Rio de Janeiro, v. 31, 32, 34, 36, 37, 1909-1915. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>>. Acesso em: 21 de abr. 2025.

ANNAES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DA BAHIA. **Annaes**. Sessões do ano 1873 a 1887. 77ª sessão ordinária em 4 de agosto de 1880. (Presidência do Sr. João Dantas). Tipografia do Diário da Bahia, 1880, p. 25.

A NOTÍCIA. Cemitério de Plataforma. **A Notícia**, ano 1. nº 147. Salvador/Bahia, 15 de mar. de 1915, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/720160/920>>. Acesso em: 16 de mar. 2025.

ARAÚJO, Tatiana Brito. **Engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano: 1875-1909**. Salvador, FIEB, 2002.

A VERDADEIRA MARMOTA. **Anúncios**. A Verdadeira Marmota, ano 1851. n° 44. Salvador/Bahia, 4 de jun. de 1851, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/815756/96>>. Acesso em: 6 de jan. 2025.

BAHIA ILUSTRADA. **Uma relíquia da Independência**. Bahia Ilustrada. Ano 3. n. 20-21. Salvador/BA, jul./ago. de 1919, p. 8-9. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/066940/1257>>. Acesso em: 30 de mar. de 2025.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Trad. de Maria Luíza X. de Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDAS, José Antônio. **Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759**. Salvador: Memória e Arte, 2015.

\_\_\_\_\_. Notícia sobre a Freguesia de Santo Antônio além do Carmo da Cidade da Bahia, pelo respectivo Vigário Balthazar Rodrigues dos Reis, 1757. In. ALMEIDA, Eduardo de Castro e. **Inventário dos documentos manuscritos avulsos da Capitania da Bahia**. Annaes da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1909, v. 31, p. 181. Doc. 2.670 Disponível em: <[https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630\\_1909\\_00031.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630_1909_00031.pdf)>. Acesso em: 21 de abr. 2025.

\_\_\_\_\_. Notícia sobre a Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe, pelo Vigário Domingos Gonçalves da Silva, 1737. In. ALMEIDA, Eduardo de Castro e. **Inventário dos documentos manuscritos avulsos da Capitania da Bahia**. Annaes da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1909, v. 31, p. 216. Doc. 2.702. Disponível em: <[https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630\\_1909\\_00031.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630_1909_00031.pdf)>. Acesso em: 21 de abr. de 2025.

CORREIO DA BAHIA. Editais. **Correio da Bahia**, ano 7. n° 171. Salvador/Bahia, 20 de out. de 1877, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/303488/1141>>. Acesso em: 6 de jan. 2025.

CORREIO MERCANTIL. Anúncios. **Correio Mercantil**, ano 8. n° 10. Salvador/Bahia, 26 de jan. de 1841, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/186244/3097>>. Acesso em: 10 de abr. 2025.

CORREIO MERCANTIL. Anúncios. **Correio Mercantil**, ano 14. n° 33. Salvador/Bahia, 11 de fev. de 1847, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/186244/69>>. Acesso em: 16 de abr. 2025.

CORREIO MERCANTIL. Anúncios. **Correio Mercantil**, ano 15. n° 218. Salvador/Bahia, 29 de set. de 1848, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/186244/69>>. Acesso em: 16 de abr. 2025.

DIÁRIO CONSTITUCIONAL. **Governo civil.** Diário Constitucional, Salvador/BA. Ano 1822, n. 10. 19 de fev. de 1822, p. 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749648/40>>. Acesso em: 3 de mar. de 2025.

DIÁRIO DA BAHIA. **Noticiário.** Diário da Bahia, Salvador/BA. Ano 35, s/n. 17 de jan. de 1829, p. i1. Disponível em: < <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749648/40>>. Acesso em: 3 de mar. de 2025.

GAZETA DA BAHIA. **Importante emprego de capital.** Gazeta da Bahia, ano 2. nº 25. Salvador/Bahia, 28 de jan. de 1880, p. 2. Disponível em: < <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/213454/1066>>. Acesso em: 20 de abr. 2025.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Em Pirajá, inauguração solene do Pantheon dos heróis de 1823.** Gazeta de Notícias, Salvador/Bahia, ano 4 n. 25027 de jun. de 1914, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/721026/2237>>. Acesso em 1 de jun. de 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil - 1872.** Rio de Janeiro, 1872. Disponível em: < [file:///C:/Users/Felix/Downloads/liv25477\\_v3\\_ba.pdf](file:///C:/Users/Felix/Downloads/liv25477_v3_ba.pdf)>. Acesso em: 24 de abr. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do recenseamento Geral do Brasil - 1890.** Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25490.pdf>>. Acesso em: 24 de abr. 2025.

JORNAL DE NOTÍCIAS. **Anúncios.** Jornal de Notícias, Salvador/BA. Ano 12, s/n. 9 de abr. de 1891, p. 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749648/40>>. Acesso em: 3 de mar. de 2025.

LOSE, Alícia Duhá; PAIXÃO, Dom Gregório. Orgs. **Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento:** editando 430 anos de história. Salvador: Memória e Arte, 2016, 5v.

\_\_\_\_\_. Orgs. **Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento:** editando 430 anos de história. Salvador: Memória e Arte, 2016, v. 3.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 2v.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922>. Acesso em: 25 mar. 2021.

O GUARANY. **Noticiário.** O Guarany. Salvador/BA, ano VIII, n. 196, p. 1. Disponível em: < <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/231991/496>>. Acesso em: 04 de mar. de 2025.

O GUAYCURU. **O aniversário da morte do general Labatut**. O Guaycuru. Salvador/BA, ano VII, n. 8, p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709794/781>>. Acesso em: 28 de mar. de 2025.

O MONITOR. **Folhetim**. O Monitor. Salvador/Ba. Ano II, n. 220, 23 de fev. de 1878, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/704008/1995>>. Acesso em 19 de abr. de 2025.

O NOTICIADOR CATÓLICO. **Anúncio**. O Noticiador Católico. Salvador/Ba. Ano VI, n. 14, 3 de set. de 1853 p, 112. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709786/1668>>. Acesso em 5 de mar. de 2025.

O PAÍS. **Questão da estrada de ferro**. O País. Salvador/BA, ano I, n. (ilegível), 15 de abr. de 1954, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/815802/2>>. Acesso em: 27 de mar. de 2025.

\_\_\_\_\_. **A estrada de ferro, a Assembleia Provincial e o governo**. O País. Salvador/BA, ano I, n. (ilegível), 19 de abr. de 1954, p. 4. Disponível em: < <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/815802/9>>. Acesso em: 27 de mar. de 2025.

OTT, Carlos. **Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos 1536-1888**, v. I. Ed. Bigraf: Salvador, 1996.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1976.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo presidente da Província, o desembargador Ambrósio Leitão da Cunha. Bahia. **Relatórios**. Tipografia de Tourinho & Companhia, 1867. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=3581&Pesq=Felippe>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

\_\_\_\_\_. **Relatório** apresentado a Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da mesma província, Francisco Gonçalves Martins em 6 de março de 1870. Bahia, Tip. do Jornal da Bahia, 1870. Disponível em: [www.apps.crl.edu/brasil/provincial/bahia](http://www.apps.crl.edu/brasil/provincial/bahia). Acesso em: 14 maio de 2025.

SANTOS, F. S. **Município de São Felipe**, Recôncavo Baiano: formação histórica e desenvolvimento socioeconômico 1678-1950. Salvador: Memória e Arte, 2021.

SANTOS, F. S. **O pão nosso de cada dia**: a farinha de mandioca na cidade da Bahia e sua produção no Vale do Cupioba no Recôncavo Baiano. 2018, 329 f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, 2018. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/499/1/TESEFELIXSANTOS.pdf>. Acesso em 25 de set. 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: EDUSP, 2000.

SUPLEMENTO AO BAIANO. **Avisos**. Suplemento ao Bahiano. Salvador/BA. Ano 1, n. 28. 28 de maio de 1828, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/749770/77>. Acesso em 3 de mar. de 2025.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969. 3 v.